

O voto reacionário

OS 50 votos da Comissão de Sistematização que estenderam o monopólio da União à distribuição dos derivados de petróleo foram os votos do medo, da indolência e do reacionarismo.

MEDO da liberdade individual e de deixar a capacidade de produzir ao alcance da iniciativa particular. E um medo tão pusilânime e covarde, que expulsa o setor privado até da ponta de um circuito de comercialização: só por "delegação do desempenho" poderão empresas privadas gerir um posto de esquina e encher o tanque de uma moto. Assim mesmo, empresas com sede no País e maioria de capital nacional e por tempo determinado; quanto a empresas de capital estrangeiro, nem pensar. Eis a liberdade a que nos votaram 50 ilustres constituintes: em doses homeopáticas e a termo.

INDOLÊNCIA, porque nessa ampliação do monopólio o que mais existe é fuga da competição e da concorrência. Nada significa, para esses constituintes, ter-se tornado o Brasil, em meio à mais áspera concorrência, a oitava economia do Mundo. Nada significa, especialmente, ter alcançado a Petrobrás Distribuidora, em 17 anos, 30,04% do mercado distribuidor de gasolina,

diesel, querosene e álcool e 39% do mercado de óleos combustíveis para navios e indústrias; nem mesmo a presença substancial de uma empresa privada nacional num mercado outrora dominado em 100% pelo capital estrangeiro. Para eles, economia sólida é economia sem concorrência.

REACIONARISMO, enfim, porque qualquer monopólio, se não atende a necessidades estratégicas ou a imperativos conjunturais, é restabelecimento de uma odiosa sociedade de privilégios. E é mais reacionário ainda quando tais privilégios sãoapanágio de agentes diretos ou indiretos do Estado; vale dizer, da nomenklatura.

MIKHAIL Gorbachev denuncia, sem temor, quanto o peso dessa nomenklatura, produto imediato da estatização, se traduz em estagnação da economia e em menosprezo pela sociedade consumidora. A China de Deng Xiaoping avança também no rumo da liberalização e sabe que é o modo de se purgar dos resquícios de mandarinato que marotamente se acoitaram no socialismo. Enquanto isso, fomenta-se, na Comissão de Sistematização, uma ordem econômica às avessas: comprometedora do desenvolvimento nacional e conformada com a tibieza,

ENTRE os méritos maiores da emenda, seu autor e defensor, o Deputado Fernando Santana (PCB-BA), apontou a redução da remessa de milhões de dólares em lucros para o exterior. Teremos, então, não um avanço sobre o capitalismo e rumo ao socialismo, ao gosto do autor da emenda, mas um recuo, de mais de dois séculos, para o mercantilismo: o lucro está na troca e o lucro é acumulação. Só que esse mercantilismo atávico não dispõe de colônias para explorar.

O QUE tem a ver essa ordem econômica da Comissão de Sistematização com a sociedade brasileira atual, ansiosa por liberdade, adulta e destemida? O que significa inabilitar nossa sociedade para o desempenho econômico, a menos que este se faça sob a tutela vigilante do Estado? Em que importa esse fechamento ao capital estrangeiro, num País de tão baixa renda per capita (representando apenas 17% da renda per capita média dos países industrializados) e, portanto, de escassíssima capacidade de poupança? Sem o capital estrangeiro, quantos anos a mais teremos que esperar, até que o Brasil atinja — se atingir — níveis decentes de desenvolvimento econômico e social?